

--- **SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DOIS.** -----

-----  
--- Aos vinte e um dias do mês de Junho do ano de dois mil e dois, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos: --

--- **Um**—PROPOSTA DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- **Dois**—PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A LACTOGAL. -----

--- **Três**—PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL PARA DOIS MIL E DOIS – DOIS MIL E CINCO.-----

--- **Quatro**—PROPOSTA DE ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM À REDE AVEC – ALLIANCE DES VILLE EUROPÉENES DE CULTURE. -----

--- **Cinco**—AMBIENTE – AGENDA XXI LOCAL. -----

--- **Seis**— APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA.-----

--- **Sete**—APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- José Miguel Correia Noras, Vasco Navarro da Graça Moura, Leonel de Matos Martinho do Rosário, João Luís Madeira Lopes, Eurico Mateus Guerra Saramago, Pedro Nuno Pimenta Braz, Mónica Isabel Duarte Mendonça, Albertino Filipe Pisca Eugénio, José Luís Marques Cabrita, Carlos Manuel Luís Catalão, Cláudio José Viveiros Sarmento

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

da Silva, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso, Carla Andreia Costa dos Santos, Rosalina da Piedade Melro Blaser Gaspar, José António Pisco Borrego, António Xavier Martins da Rocha Pinto, José Luís Marques Ferreira da Cruz, Jorge Manuel Assunção Ferreira da Costa Rosa, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Luís Alberto Ferreira Leitão, Maria dos Anjos Santos Neves Patusco, Celso Ricardo Pimenta Brás, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Manuel Albino da Conceição Rosa, Vicente Carlos Flor Batalha, José Manuel Gaspar, Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Helder Nuno Jesus Cruz Oliveira Pombo, José Ilídio da Fonseca Freire, Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, Manuel Joaquim Ferreira, António Manuel Simões Cordeiro Duarte, Fernando Manuel Tomé da Silva, Joaquim da Silva Lucas da Graça, Basílio Duarte Oleiro, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Luís Manuel Madeira Mena Esteves, Diamantino Carvalho Vicente, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Mário José Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, Francisco José Viegas Santos, Joaquim Manuel Barreiros Mateiro, António Coelho Madeira, António João Ferreira Henriques, Luís Manuel Graça Batista, Ricardo Luís da Costa, Sebastião Morgado Ribeiro, Francisco Alberto Serrão Patrício, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, José Daniel Graça Madeira, Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro, Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha, Firmino Joaquim Prudêncio D' Oliveira e Joaquim António Salgado Canha. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando posse aos senhores **Cláudio José Viveiros Sarmento da Silva** e **António Xavier Martins da Rocha Pinto** em substituição dos senhores Vítor Manuel de Sousa Varajão e Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco, ambos da bancada do PSD, no período entre dezassete de Junho e quinze de Julho. -----

--- De seguida deu-se início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** tendo sido dada a palavra à senhora **Rosalina Melro** que saudou a vila de Pernes e felicitou a Escola D. Manuel I, que se posicionou em segundo lugar na avaliação a nível nacional. -

--- Manifestou a sua preocupação, relativamente ao encerramento, pelo Governo, das Escolas do primeiro ciclo com menos de dez alunos, considerando que deveriam ser ouvidas as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia. -----

--- Referiu que, no entender da CDU, as Escolas são fundamentais para o ambiente e qualidade de vida das populações. -----

--- Concluiu, questionando o que irá acontecer a dezenas de alunos que frequentam o ensino recorrente, em Santarém. -----

--- A seguir interveio o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, alertando para as dificuldades criadas pelo PDM às freguesias rurais provocando a sua desertificação. Sugeriu que se avance com uma revisão, de uma forma mais transparente, de acordo com os interesses do concelho e com a participação dos autarcas, das actividades económicas, das associações e da população em geral. -----

--- Foi dada a palavra depois ao senhor **Sebastião Morgado Ribeiro**, Presidente da Junta de Salvador, que rectificou o que disse, na última sessão da Assembleia, em relação à Comissão das Comemorações do Vinte e Cinco de Abril, salientando ter, posteriormente, verificado o trabalho realizado pela referida Comissão, tendo registado com apreço as inúmeras iniciativas levadas a cabo durante as Comemorações do Vinte e Cinco de Abril.

--- Criticou a organização da inauguração da Feira Nacional de Agricultura, sobretudo a forma pouco digna como decorreu o almoço. -----

--- Solicitou à Câmara que tomasse medidas no sentido de resolver o problema dos “buracos”, nas ruas da cidade, provocados pelas diversas empresas de serviços que depois de efectuarem as intervenções não repõem o pavimento nas devidas condições.---

--- Alertou para o desperdício de água nos jardins públicos devido ao deficiente funcionamento dos sistemas automáticos de rega.-----

--- Convidou todos os membros desta Assembleia, no final da presente sessão, a participarem nas festas da Sociedade Recreativa Operária que, hoje, estão a decorrer no Largo Padre Chiquito. -----

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

--- A seguir, o senhor **Albertino Pisca Eugénio** interveio alertando para a dificuldade de estacionamento automóvel, na área da Rua do Colégio Militar, sugerindo que seja efectuado um estudo com vista à possível redução da largura dos passeios – que são bastante largos para o fluxo de peões ali existente – de modo a criar um maior número de lugares de estacionamento. -----

--- Alertou para a recolha dos lixos depositados nos ecopontos, a qual não é efectuada em tempo oportuno. -----

--- Focou alguns problemas de trânsito na cidade, salientando a ausência de fiscalização do pagamento de estacionamento na Praça Visconde Serra do Pilar. -----

--- Disse esperar que o facto da maqueta do Monumento ao Vinte Cinco de Abril ter sido retirada da sala de reuniões de Câmara não seja objecto de esquecimento. -----

--- Concluiu, manifestando a sua preocupação em relação à poluição do Rio Alviela. ----

--- Depois interveio o senhor **Joaquim Mateiro**, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, questionando para quando está previsto o início das obras da ETAR do Pombalinho. -----

--- Alertou, mais uma vez, para a necessidade de ser resolvido o problema geográfico da sua freguesia de uma vez por todas. -----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, que se referiu aos protocolos celebrados entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal de Santarém, solicitando esclarecimentos em relação às transferências financeiras para as freguesias. -----

--- Referiu a dificuldade de se contactar, telefonicamente, os Serviços Municipalizados de Santarém fora das horas normais de funcionamento. -----

--- Referiu-se à repavimentação da Estrada Municipal quinhentos e sessenta e sete, entre a Póvoa de Casével e o limite do concelho, lamentando que a conduta de água que atravessa aquela estrada não tenha sido substituída, apesar do seu alerta, a qual já provocou roturas no tapete betuminoso que tem cerca de um mês. -----

--- Solicitou esclarecimento acerca da revisão orçamental, aprovada em reunião do Executivo Municipal.-----

--- Alertou para a necessidade de substituição dos baldões e dos contentores do lixo danificados, bem como para a lavagem dos mesmos.-----

--- Saudou toda a vereação da Câmara Municipal de Santarém pelo empenho no cumprimento das suas funções.-----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Ricardo Costa**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente do Paul, para esclarecer que o Relatório e Contas da Câmara Municipal de Santarém não foi aprovado com vinte e dois votos a favor do PS, mas sim com vinte e um votos do PS e com o seu voto como independente o que perfaz então aquele número.

--- Solicitou que fossem tomadas medidas no sentido de serem colocados semáforos na no lugar da Torre do Bispo, dado os inúmeros acidentes que ali ocorrem.-----

--- Manifestou a sua tristeza devido às águas do Rio Alviela se apresentarem novamente de cor acastanhada, com altos índices de poluição.-----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Jorge da Costa Rosa** referindo que já vem sendo hábito ver nos jornais situações polémicas acerca da Câmara Municipal de Santarém, designadamente sobre questões financeiras da autarquia e a má gestão socialista.-----

--- Prosseguiu, referindo-se às notícias, sobre os problemas financeiros do CNEMA, vindos a público, solicitando esclarecimentos relativamente à situação da dívida da autarquia ao mesmo.-----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Vicente Batalha** referindo que na reunião descentralizada da Câmara Municipal, na freguesia de Arneiro das Milhariças, em trinta e um de Outubro de dois mil e um, apresentou uma proposta de atribuição da medalha de Ouro da Cidade à Santa Casa da Misericórdia de Pernes, a ser entregue nas comemorações do seu quadringentésimo quinto aniversário.-----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade, na reunião de Câmara de vinte e oito de Dezembro de dois mil e um.-----

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

--- A Misericórdia de Pernes assinalou a vinte e três de Maio os seus quatrocentos e quinze anos de existência. Na ocasião, não foi entregue a Medalha de Ouro, nem foi dada qualquer explicação. -----

--- Perguntou qual a razão ou razões por que não foi entregue à Santa Casa da Misericórdia de Pernes a referida Medalha a que tem direito e quando o vai ser com a dignidade que merece. -----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Leonel Martinho do Rosário** que questionou sobre a situação dos arranjos exteriores do Complexo Aquático e para quando está prevista a sua entrada em funcionamento. -----

--- Depois, interveio o senhor **Vítor Manuel Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, solicitando esclarecimentos acerca da previsão do início das obras contempladas pelo projecto Al-Margem, bem como do arranjo do muro de suporte do Cemitério da sua freguesia. -----

--- Lamentou não ter sido possível junto do Instituto de Estradas de Portugal conjugar esforços no sentido do arranjo da Estrada trezentos e trinta e cinco ser na sua totalidade.

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Pedro Pimenta Braz** perguntando qual o horizonte temporal para a execução do Plano Estratégico e que tipo de financiamento a Câmara Municipal de Santarém espera captar, considerando importante que os munícipes tenham conhecimento deste Plano. -----

--- Quis saber como se insere o Campo Infante da Câmara no referido Plano Estratégico.

--- Foi dada a palavra, a seguir, ao senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, que agradeceu o apoio jurídico disponibilizado pela Câmara Municipal às Juntas de Freguesia, sugerindo que este tipo de apoios sejam alargados a outras áreas de serviços. -----

--- Solicitou a intervenção da Câmara no sentido de resolver o problema de um talho de terreno de cerca de quarenta metros quadrados, na sua freguesia, pertença de Cipriano Botas. -----

- Sublinhou, também, a ausência de lavagem dos contentores do lixo, na sua freguesia.
- Depois interveio o senhor **Pedro Veloso** referindo-se ao problema do trânsito na cidade de Santarém, sugerindo que a Câmara, de uma vez por todas, defina qual o conceito que quer de centro histórico e mande elaborar, a quem sabe, um estudo sobre esta matéria porque aquele centro histórico tem de ser um lugar aprazível para quem lá vive e para quem lá trabalha. -----
- Lamentou não poder dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara pelo facto de passados vinte e sete anos de poder socialista, aparecer finalmente um Plano Estratégico para o concelho. -----
- A seguir, tomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** que referiu compreender as razões que levaram o senhor Presidente da Assembleia a colocar no último ponto da Ordem de Trabalhos, da presente sessão, o assunto: “Apresentação, discussão e votação das propostas de votos, moções ou recomendações entregues na Mesa até ao início do Período de Antes da Ordem do Dia”. Contudo disse discordar do procedimento da Mesa dado que o Regimento da Assembleia é claro em relação a esta matéria. -----
- Considerou que esta questão não pode ser colocada nestes termos até porque, possivelmente, haverá algumas moções ou recomendações que, com o prolongamento desta sessão para daqui a vários dias, poderão perder a actualidade. -----
- Alertou para o facto de ter recebido, hoje, alguns documentos, designadamente a “Informação Escrita do Presidente da Câmara” o que não permite uma análise adequada dos assuntos em causa. -----
- Saliu que a Mesa deveria fazer um esforço no sentido das actas das reuniões serem aprovadas na sessão seguinte. -----
- Teceu algumas considerações em relação ao Plano Estratégico, sugerindo que deveria ser feita uma actualização da legislação ali mencionada. -----
- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Vasco Graça Moura** perguntando, em relação ao artigo do senhor Presidente da Câmara publicado no jornal “O Público” com o

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

título: “Não é com pressas que se defende Santarém e o seu património”, quais os pontos em que a recuperação do património nem sempre foi consistente, eficaz e consequente.--

---Em relação à afirmação: “Vamos lançar uma política de recuperação e divulgação mais eficaz”, quis saber em que consiste essa política, quais as suas linhas de orientação e qual o seu suporte orçamental. -----

---Perguntou ainda quais as medidas tomadas, pelo actual Executivo, com vista ao retorno do património deslocado em Lisboa. -----

---A seguir, no uso da palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** prestou alguns esclarecimentos em relação ao CNEMA, destacando que, em sete de Dezembro de dois mil, a autarquia deliberou atribuir àquela instituição subvenções no valor de setecentos e onze mil trezentos e oitenta e três contos.-----

---Salientou que caso o anterior Executivo tivesse cruzado os braços, há muito que o CNEMA já tinha fechado as portas. Esta afirmação não retira nenhum mérito aos restantes accionistas, principalmente à CAP, mas é, em seu entender, a pura expressão de verdade.-----

---Lamentou que a Câmara tenha sido acusada de não cumprir os compromissos assumidos, quando esta transferiu cerca de quinhentos mil contos para o CNEMA, em numerário e em espécie. Dever uma parte – segundo disse – não significa dever tudo e muito menos não ter cumprido nada, como, por vezes, malevolamente, se quer fazer crer

---Prosseguiu, prestando mais alguns esclarecimentos em relação aos terrenos doados ao CNEMA para pagamento da dívida ao Banco Totta, salientando que a Câmara Municipal de Santarém chegou a efectuar o pagamento de juros inerentes a empréstimo contraído pelo CNEMA, àquela instituição bancária. -----

---Salientou que dos setecentos e onze mil trezentos e oitenta e três contos, apenas não foram pagos cento e setenta mil seiscentos e vinte sete contos, os quais, todavia, já foram assumidos como responsabilidade pelo actual Executivo.-----

---Lembrou ainda que a Assembleia Municipal aprovou, em mil novecentos e noventa e

seis, o Plano Estratégico da Cidade de Santarém, elaborado por uma firma especializada nesta área –“PROFABRIL”–, o qual foi discutido e aprovado por este hemiciclo, salientando que – esse sim – foi o primeiro plano estratégico da cidade. -----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que começou por felicitar as freguesias de Amiais de Baixo e Vale de Santarém que comemoram hoje o seu sétimo aniversário de elevação a Vila. -----

--- Quanto ao PDM, esclareceu que após analisadas as alterações aprovadas no anterior mandato o senhor Vereador Joaquim Neto concluiu que as medidas enumeradas seriam muito mais penalizadoras, designadamente para os aglomerados urbanos que não possuem perímetros urbanos. Contudo estão a ser equacionadas medidas no sentido de resolver os problemas das freguesias. -----

--- Em relação ao saneamento básico da freguesia do Pombalinho disse que o processo está em fase de ultimção. -----

--- No tocante aos protocolos, informou ter sido deliberado, por unanimidade, que uma das missões do Gabinete de Apoio às Freguesias seria apresentar propostas com vista à reformulação dos referidos protocolos de acordo com as necessidades das freguesias. ----

--- Relativamente à revisão orçamental, esclareceu que aquilo que foi aprovado em reunião de Câmara foi uma alteração ao orçamento, na qual foi deliberado pagar o que estava estabelecido e aprovar os trabalhos a mais, cuja diferença seria paga no próximo ano. -----

--- Quanto à atribuição da Medalha de Ouro da Cidade à Santa Casa da Misericórdia de Pernes, disse que ficou deliberado a sua entrega ou na data do seu aniversário ou em data a designar. Assim sendo a entrega da mesma será efectuada em momento oportuno. -----

--- Referiu que a abertura do Complexo Aquático será efectuada quando estiverem reunidas as condições mínimas ao nível das acessibilidades podendo ocorrer ainda no decurso deste verão. -----

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

--- Informou que as obras inerentes ao projecto Al-Margem terão o seu início previsto para depois da Festas na Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém a fim de não prejudicar a realização das mesmas. -----

--- Esclareceu que aquilo que está agendado não é um plano estratégico, mas um programa de intervenção estratégica da cidade de Santarém. Ou seja, um instrumento fundamental relativamente aquilo que são os projectos disponíveis, os seus financiamentos e as datas das respectivas intervenções. -----

--- No que respeita ao Campo Infante da Câmara, disse existir um esforço no sentido de haver a maior consensualização possível, com vista a dar o melhor destino àquele espaço nobre da cidade. -----

--- Quanto ao trânsito, informou ter sido aprovada, pelo Executivo Municipal, a elaboração de um plano rodoviário cuja incidência e prioridade será o centro histórico e a cidade de Santarém. -----

--- Prosseguiu, prestando esclarecimentos em relação ao artigo de “O Público”, salientando que as alterações ao objecto da candidatura e o envolvimento de alguns políticos, no seu entender, não deram a consistência necessária à referida candidatura. ---

--- Concluiu, referindo que os contactos estabelecidos com a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais antevêem que possamos ter uma colaboração frutuosa, no sentido de que a gestão do centro histórico, dos monumentos e daquilo que existe relativamente à cultura monumental de Santarém possa ser feito com alguma qualidade.-

--- Usaram novamente da palavra os senhores **Vítor Manuel Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, **Jorge da Costa Rosa**, **Vasco Graça Moura** e **Albertino Pisca Eugénio** para solicitarem esclarecimentos em relação às suas anteriores intervenções. -----

--- Depois, retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que as obras da Casa da Portagem e do muro de suporte do Cemitério da Ribeira são questões

que estão a ser equacionadas pelos respectivos pelouros e que terão o seu início, certamente, ainda este ano. -----

--- Disse ter julgado que os esclarecimentos do senhor Presidente da Assembleia, em relação ao CNEMA, tinham sido suficientemente esclarecedores, contudo acrescentou que caso os restantes accionistas tivessem tido a mesma postura da Câmara Municipal de Santarém, provavelmente, o CNEMA não estaria perante a actual situação financeira. ---

--- Prestou mais alguns esclarecimentos em relação ao património deslocado em Lisboa.

--- Referiu, em relação ao Monumento ao Vinte Cinco de Abril, que enquanto não houver financiamento garantido não adianta criar expectativas para depois as não concretizar.-----

--- Terminado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.-----

--- **PONTO UM-PROPOSTA DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Jorge da Costa Rosa** para fazer a apresentação do requerimento, subscrito pelos líderes do partidos políticos com assento na Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve:-----

--- “Nas cinco primeiras revisões do Regimento da Assembleia Municipal de Santarém, sempre se criaram comissões para a sua elaboração e posterior apresentação e votação em Plenário.-----

--- É à própria Assembleia Municipal que compete a revisão, discussão e aprovação do seu próprio Regimento.-----

--- Qualquer trabalho de investigação, de compilação ou parecer de pessoas ou entidades a que se recorra para apreciar as alterações a introduzir no Regimento, mais não poderão ser entendidas, como contributos ou sugestões para a Assembleia Municipal elaborar o seu Regimento, de forma mais clara e precisa.-----

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

--- Também e tendo em atenção a complexidade da revisão, a extensão e a componente jurídica do Regimento, não poderá este instrumento ser apreciado na generalidade, nem na especialidade, por uma Assembleia que apenas tem conhecimento do seu conteúdo poucos dias antes da sua apresentação a votação. -----

--- Porque para o enquadramento jurídico do Regimento são necessários conhecimentos técnico-jurídicos adequados, e por haver nesta Assembleia Municipal, deputados municipais juristas do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, faz todo o sentido a criação de uma comissão para uma revisão atenta, cuidada e eficaz do Regimento da Assembleia. -----

--- Desta forma e por estes motivos, o PS, o PPD/PSD, a CDU e o CDS/PP entendem não haver condições para discutir e votar a proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Santarém. -----

--- Neste sentido, os Partidos e a Coligação signatários requerem que seja retirado da ordem de Trabalhos o Ponto Um, só devendo ser novamente agendado, após ser apresentada nova Proposta de Regimento por uma Comissão criada para o efeito”.-----

--- A seguir interveio o senhor **João Madeira Lopes** lembrando que esta questão já tinha sido colocada, em anterior sessão da Assembleia, tendo, inclusivamente, sido proposta a criação de uma Comissão para a revisão do Regimento da Assembleia. -----

--- Salientou que seria útil conhecer a proposta da ANMP, para além deste projecto, apresentado pelos Serviços Jurídicos da Autarquia. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu não ser propósito da Mesa votar hoje esta a proposta, mas dar a conhecer o trabalho oriundo dos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal de Santarém com os contributos da ANMP, salientando que o agendamento visava apenas reunir novas propostas.-----

--- De imediato submeteu a votação o Requerimento, em epígrafe, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

--- A seguir o senhor **Presidente da Assembleia** deu conhecimento de ter dado entrada na Mesa a seguinte proposta subscrita pelos senhores Leonel Martinho do Rosário (PS), Jorge da Costa Rosa (PPD/PSD), Rosalina Melro (CDU), Aires Lopes (CDS/PP) e Ricardo Luís Costa (Lista de Independentes de S. V. do Paúl): -----

--- “Porque entrou em vigor a Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias. -----

--- Porque essas alterações implicam modificações no actual Regimento da Assembleia Municipal.-----

--- Porque compete à Assembleia Municipal elaborar e aprovar o seu Regimento de harmonia com a alínea b), do número dois, do artigo segundo, do Regimento em vigor e, com a alínea b) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

--- Porque a complexidade de uma revisão, a extensão do documento e a componente jurídica do Regimento, carecem de conhecimentos técnico-jurídicos adequados, além de um trabalho de análise demorado e impossível de ser concretizado no pouco tempo disponível de uma sessão da Assembleia Municipal. -----

--- Propõe-se à Assembleia Municipal de Santarém:-----

--- **Primeiro** – A criação de uma Comissão para elaboração da sexta revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Santarém. -----

--- **Segundo** – Que seja designado para essa comissão, um representante de cada força política com assento na Assembleia, de preferência com formação jurídica”. -----

--- Submetida a votação a presente Proposta, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.

--- **PONTO DOIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A LACTOGAL.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

--- “Dando sequência à deliberação camarária de três de Junho, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a aprovação da Proposta de Protocolo a celebrar com a Lactogal, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Iniciou o debate o senhor **Vasco Graça Moura** referindo que o presente protocolo lhe causa alguma perplexidade no plano jurídico.-----

--- Perguntou se existe algum grau de parentesco entre o representante da empresa Lactogal e o proprietário do terreno a adquirir, bem como quais os valores em causa, relativamente aos terrenos a adquirir. -----

--- Levantou algumas questões em relação ao articulado da proposta, estranhando que os terrenos a comprar pela Câmara Municipal de Santarém sejam cedidos pelo valor simbólico de um cêntimo por metro quadrado, perguntando se não seria mais vantajoso para a autarquia a elaboração de um contrato de arrendamento, por exemplo, pelo período de cinquenta anos.-----

--- Concluiu referindo que, no seu entender, a proposta no plano técnico-jurídico está cheia de vícios e é altamente problemática para o Município. -----

--- A seguir usou da palavra o senhor **Eurico Saramago** salientando que gostaria de saber quanto vai custar ao Município a cedência destes terrenos. -----

--- Prosseguiu, sugerindo outros locais para a instalação desta fábrica a um preço muito mais vantajoso, solicitando esclarecimentos em relação às infra-estruturas ali a realizar. -

--- Depois tomou a palavra o senhor **Sebastião Morgado Ribeiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador, manifestando a sua preocupação, relativamente à possível proximidade do grau de parentesco entre Manuel Albino Casimiro Almeida e Américo Casimiro Maria de Almeida.-----

--- Discordou que a Câmara vá gastar milhões de euros na aquisição destes terrenos para, posteriormente, serem doados a um preço simbólico a uma empresa que se espera que

venha a criar mais postos de trabalho e riqueza para o concelho. -----  
--- Interveio, seguidamente, o senhor **Luís Almeida** lembrando que, quer o PS, quer o PSD, no mandato anterior, perceberam o interesse estratégico que tinha para a região a instalação desta unidade fabril, votando favoravelmente o protocolo então apresentado. Contudo, houve necessidade de renegociar o referido protocolo de modo a que este fosse mais vantajoso para a autarquia. -----  
--- Disse ser inquestionável, no seu entender, as vantagens da instalação de uma fábrica desta natureza no concelho, lembrando os inúmeros prejuízos causados a diversas vacarias o encerramento da Ribacal. -----  
--- Considerou existirem condições para se recuperar a tradição leiteira no Ribatejo a qual, de certa forma, foi perdida. -----  
--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Leonel Martinho do Rosário** discordando da intervenção do senhor deputado Vasco Graça Moura, referindo que o termo “protocolo” é definido como um acordo entre diversas entidades com vista a uma colaboração e, portanto, no seu entender, não se está aqui a tratar de um negócio. -----  
--- Referiu que a Câmara Municipal de Santarém está a comprometer-se ceder um terreno a um preço simbólico e a garantir as infra-estruturas gerais até à entrada do terreno a conceder, enquanto a Lactogal se compromete executar as infra-estruturas no interior do complexo e construir a fábrica que terá de iniciar a sua actividade no prazo de três anos, assim como se compromete também, directa ou indirectamente, a criar duas centenas de novos postos de trabalho e a apoiar eventos de âmbito cultural promovidos pela autarquia. -----  
--- Concluiu, destacando que a Câmara colocou duas garantias de peso na cláusula nona e décima primeira do protocolo. -----  
--- A seguir interveio o senhor **Pedro Veloso** referindo que as questões levantadas nada têm a ver com a Lactogal mas com a forma como o protocolo está redigido, sublinhando as palavras do seu colega de bancada Vasco Graça Moura. -----

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

--- Sugeriu que na cláusula segunda do referido protocolo deveria ser retirada a palavra “simbolicamente” ficando apenas fixado um cêntimo.-----

--- Referiu que a Câmara deveria ter elaborado um documento que condicionasse a vigência do protocolo à condição da compra dos três lotes, assim como deveria também ter previsto a hipótese de dois lotes chegarem, acrescentando ser essencial que constasse do protocolo uma declaração dizendo qual a área e tipo de equipamento que ali pretende investir. -----

--- Concluiu salientando que aquilo que se pretende é mais rigor no clausulado do protocolo sem prejuízo da vinda da Lactogal para o concelho de Santarém. -----

--- Interveio depois o senhor **Pedro Pimenta Braz** referindo que, no seu entender, o protocolo não pode ser visto estritamente numa perspectiva negocial por parte da Câmara.-----

--- Disse compreender o jogo político da bancada do PSD, lembrando que o anterior protocolo foi aprovado por unanimidade, no mandato findo. -----

--- Salientou que o grupo do PS aplaude a vinda deste investimento para o concelho de Santarém. -----

--- Foi dada a palavra, a seguir, ao senhor **Albertino Pisca Eugénio** considerando que não se pode falar de investimento sem se saber se o mesmo é rentável.-----

--- Referiu que, na sua opinião, só se pode destinar uma área a ocupar para a instalação de uma indústria desde que se conheça aquilo que vai ser feito. -----

--- Disse que nesta matéria a Câmara Municipal de Santarém é sempre uma parte do investimento a concretizar no terreno, salientando que, em termos políticos, está em desacordo em aceitar, não o que aqui está escrito, mas tem de ter garantias para poder decidir em consciência.-----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** que referiu ser um investimento a médio e longo prazo, sublinhando o que disse, na sua intervenção, aquando da discussão do anterior protocolo a celebrar com a Lactogal. -----

--- Considerou ser um investimento que não está seguro para o concelho, evocando a cláusula sexta do presente diploma, a qual refere a hipótese de ser transferida para outra entidade a posse dos terrenos que são objecto deste protocolo.-----

--- Salientou não ter qualquer objecção em relação à Lactogal, mas aquilo que está previsto é a construção de uma fábrica de queijos. -----

--- Referiu que, pelas razões evocadas, há que ponderar já que, na sua opinião, trata-se de um negócio que procura uma decisão política para que possa seguir por diante. -----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Jorge da Costa Rosa** referindo que não está em causa o negócio, mas o conteúdo do protocolo.-----

--- Salientou que o PSD está para trabalhar na prossecução dos interesses do concelho, lamentando não existir um planeamento industrial para Santarém. -----

--- Depois usou da palavra o senhor **Ricardo Martinho do Rosário** considerando que se deve votar o protocolo e quem não concordar com o mesmo que vote contra. -----

--- A seguir, o senhor **Helder Pombo** interveio para sublinhar que o PSD não está contra a Lactogal, mas sim a maneira incorrecta do Executivo elaborar o protocolo. -----

--- Após alguma troca de impressões, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que esclareceu que, na sequência da sua proposta para renegociar o anterior protocolo foi mandatado, pelo Executivo Municipal, com uma recomendação expressa, do PSD, de não deixar fugir este negócio.-----

--- Apelou para que se vote em consciência salvaguardando o interesse público, destacando que esta foi a negociação possível, a qual foi votada e aprovada na reunião do Executivo Municipal.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Protocolo a Celebrar com a Lactogal**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e um votos

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

a favor, dez votos contra e dezoito abstenções. -----

--- Foram efectuadas as seguintes Declarações de Voto: -----

--- Senhor **Vasco da Graça Moura** “Abstive-me por razões de disciplina partidária, porquanto considero o documento, quer nos seus aspectos técnico-jurídico, quer nos aspectos substantivos, absolutamente inaceitável”.-----

--- Senhor **Albertino Pisca Eugénio** “Por razões de ética e honrando a ordem honorífica de que sou membro o meu voto foi contra pelo seguinte: o protocolo enferma de objectividade técnica não mencionando a área necessária para o investimento na perspectiva de curto, médio e longo prazo e não foi presente qualquer estudo económico-financeiro que garanta a sua sustentação; por outro lado, não foi apresentado PDM referente ao parque de negócios da Mafarra, pelo que se pode considerar que a aprovação deste protocolo trata-se tão somente de uma decisão avulsa com custos acrescidos para a Câmara Municipal de Santarém; por último, não consta o custo para a autarquia relativamente ao valor do terreno e às infra-estruturas de apoio e acessibilidades”.-----

--- Senhor **Eurico Saramago** “Por questões de disciplina partidária abstive-me. Mas a minha intenção seria a de votar contra, pelas razões evocadas pelo senhor deputado Pisca Eugénio e, também, pelas dúvidas levantadas sobre se existe alguma relação de parentesco entre Manuel Albino Casimiro de Almeida e Américo Casimiro Maria de Almeida”.-----

--- Senhor **José Luís Cabrita** “A CDU – Coligação Democrática Unitária votou contra a proposta de “protocolo” a celebrar entre a Câmara Municipal de Santarém e a Lactogal porque: a proposta contém um conjunto de anomalias técnicas; exige um elevado investimento por parte da Câmara Municipal sem que estejam salvaguardados os interesses do Município e porque não está claro a natureza e objectivos do investimento”.

--- Senhor **Ricardo Luís Costa** “O meu voto favorável prende-se pelo facto de se ter verificado precisamente o contrário daquilo que foi dito acerca da Fábrica de Cerveja Cintra”.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que, de acordo com as informações disponíveis, a manterem-se os mesmos terrenos, não existe qualquer grau de parentesco entre os titulares da propriedade e os donos da Lactogal. -----

--- **PONTO TRÊS – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL.** -----

--- “Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “A Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, na alínea c) e d), do número dois, do seu artigo sessenta e quatro, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, atribui à Câmara Municipal:-----

--- A competência de elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal as opções do plano e a proposta de orçamento e as respectivas revisões; -----

--- A execução das opções do plano e do orçamento aprovadas, bem como as respectivas deliberações. -----

--- Aprovados que estão os instrumentos de planificação e gestão para 2002 e ainda o Plano de Investimentos Plurianual para dois mil e dois – dois mil e cinco, os vereadores da CDU propõem ao executivo camarário: -----

--- A criação de uma comissão de acompanhamento de execução destes instrumentos de trabalho. -----

--- Que a comissão integre: um vereador de cada uma das forças políticas presentes no executivo camarário e deputados municipais representantes das forças políticas deste órgão deliberativo. -----

--- Que a representação da Assembleia Municipal seja constituída por cinquenta por cento de representantes dos Presidentes de Juntas de Freguesia. -----

--- Caso seja aprovada esta proposta, ela seja submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

--- Se aprovada a proposta pelos respectivos órgãos autárquicos do concelho, deverão as forças políticas representadas indicar os nomes dos elementos que irão integrar a referida

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

comissão. -----

--- Aprovada e constituída a comissão esta deverá, na primeira reunião, definir a estrutura de funcionamento (simples e operacional)”. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Leonel Martinho do Rosário** que considerou que esta Comissão, em seu entender, interfere nas funções dos membros desta Assembleia, manifestando algumas dúvidas relativamente à composição da mesma. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **José Luís Cruz** referindo que nada tem a opor quanto à criação de comissões de acompanhamento e de fiscalização da acção do Executivo Municipal. -----

--- No entanto, manifestou a sua discordância em relação à composição da Comissão, entregando à Mesa um requerimento com vista à retirada da proposta da Ordem de Trabalhos. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** solicitou ao senhor Primeiro Secretário a leitura do seguinte Requerimento:-----

--- “Como tal, requer-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que a Mesa da Assembleia em consenso com os líderes parlamentares preparem uma proposta de constituição de uma Comissão de Acompanhamento do Orçamento para dois mil e dois e do Plano de Investimentos Plurianual, ao abrigo dos artigos trinta e seis e trinta e nove do Regimento da Assembleia Municipal de Santarém. -----

--- Que essa proposta seja votada na próxima sessão da Assembleia”. -----

--- Submetido, de imediato, a votação o presente Requerimento, foi o mesmo **rejeitado por maioria**. -----

--- Prosseguiu-se o debate com a intervenção do senhor **João Madeira Lopes** que referiu que segundo entendeu das palavras do senhor Leonel Martinho do Rosário não há uma oposição de fundo, por parte do PS, em relação à essência da proposta apresentada, mas dúvidas quanto à sua composição. -----

--- Salientou não existir perda de representatividade e que, na sua opinião, não há

qualquer violação do Regimento ou legislação em vigor. -----  
--- Depois usou da palavra o senhor **Pedro Pimenta Braz** discordando da existência de vereadores numa comissão da Assembleia Municipal porque quem fiscaliza o Executivo é o órgão deliberativo, considerando existir uma redundância relativamente a esta matéria. -----  
--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Jorge da Costa Rosa** para referir que não vislumbra qualquer impedimento regimental em relação à proposta apresentada, salientando ser uma comissão, apenas, de acompanhamento da execução dos Orçamentos da Câmara Municipal de Santarém. -----  
--- Interveio novamente o senhor **José Luís Cruz** para esclarecer que o objectivo da Comissão é aceite. Todavia existem dúvidas quanto à sua composição. -----  
--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Ricardo Martinho do Rosário** questionando a CDU sobre o funcionamento da Comissão.-----  
--- A seguir, o senhor **Pedro Veloso** interveio, estranhando que a constituição de uma Comissão levante tantas dúvidas. -----  
--- No uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** levantou dúvidas quanto à legalidade da proposta dado a Comissão integrar membros que fiscalizam e executam, lembrando que um vereador não pode ser vogal da Assembleia e vice-versa.-----  
--- A seguir, o senhor **Albertino Pisca Eugénio** interveio considerando a proposta positiva, faltando apenas esclarecer quanto à sua composição.-----  
--- Referiu que a proposta, no seu entender, não colide com o trabalho dos vereadores ou com as funções da própria Assembleia.-----  
--- Retomou, depois, a palavra o senhor **João Madeira Lopes** para clarificar que não vê qualquer inconveniente e que a proposta seja composta por duas comissões: Ou seja, cada órgão possuiu a sua comissão que se completam, até porque, a sua função é a de acompanhar a execução dos Orçamentos, prestando mais alguns esclarecimentos em relação à composição e funcionamento da referida Comissão. -----

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

--- Após alguma troca de impressões, foi deliberado, por maioria, com quarenta e cinco votos a favor, zero votos contra e oito abstenções, a criação de duas Comissões, uma no âmbito da Assembleia Municipal e outra no da Câmara Municipal de Santarém. -----

--- Pelo senhor **Ricardo Martinho do Rosário** foi presente a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “Abstive-me porque continuo sem compreender o ponto em questão e porque não fiquei esclarecido em relação à pergunta por mim formulada”. -----

--- **PONTO QUATRO – ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM À REDE AVEC – ALLIANCE DES VILLES EUROPÉENES DE CULTURE.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de seis de Maio de dois mil e um, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a aprovação da proposta de **Adesão da Câmara Municipal de Santarém à Rede AVEC – Alliance des Villes Européenes de Culture**, nos termos da alínea m), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Adesão da Câmara Municipal de Santarém à Rede AVEC – Alliance des Villes Européenes de Culture**, nos termos da alínea m), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade.** -----

--- **PONTO CINCO – AMBIENTE – AGENDA XXI LOCAL.** -----

--- Interveio o senhor **Francisco Madeira Lopes** que começou por assinalar a importância fundamental da conferência do Rio de Janeiro, sobre ambiente e desenvolvimento, que data de mil novecentos e noventa e dois. -----

--- Prosseguiu, tecendo algumas considerações em relação à proposta apresentada, e

concluiu, sugerindo que a mesma fosse retirada da Ordem de Trabalhos de modo a ser posteriormente apresentada com outros contributos que o assunto merece. -----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Carlos Catalão** que referiu acolher a sugestão, do anterior orador, no sentido da proposta ser retirada, aproveitando para propor a realização de uma visita ao sistema da Resitejo, para o próximo dia vinte e um de Setembro do corrente ano.-----

--- Assim sendo, foi a proposta retirada para posterior agendamento.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** sugeriu, em face do adiantado da hora, que os assuntos sobrantes da Ordem de Trabalhos fossem agendados para a próxima sessão. Todavia propôs que fosse discutida e votada uma proposta de Voto de Congratulação, subscrita pelo senhor deputado Luís de Almeida, que tem a ver com o acto eleitoral que decorreu no Instituto Politécnico de Santarém, há cerca de dois dias, o qual a não ser hoje discutido perderia a sua oportunidade temporal, tendo o Plenário concordado.-----

--- Pelo senhor **Luís de Almeida** foi apresentada a seguinte proposta de Voto de Congratulação:-----

--- “Considerando: -----

--- Um - Que no Instituto Politécnico de Santarém decorreu até ontem, dia vinte de Junho, o processo eleitoral para eleição do seu Presidente; -----

--- Dois – Que os resultados eleitorais demonstraram um inequívoca vitória do candidato Jorge Justino. -----

--- A Assembleia Municipal de Santarém: -----

--- Um – Congratula-se com a eleição do Scalabitano Professor Doutor Jorge Justino e apresenta-lhes os seus parabéns; -----

--- Dois – Reconhece o esforço feito, nestes últimos anos, pelo Professor Doutor Jorge Justino no sentido de dar ao Instituto Politécnico de Santarém cada vez maior protagonismo, afirmação e reconhecimento; -----

--- Três – solicitar ao Presidente eleito, que não só continue, mas também que incentive

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

ainda mais as parcerias e colaborações entre o Instituto Politécnico de Santarém e as suas diferentes instituições regionais”.-----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Albertino Pisca Eugénio** concordando plenamente com a proposta apresentada, sugerindo que a mesma seja aprovada por aclamação.-----

--- Depois usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** referindo que foi um acto eleitoral interno do Instituto do Politécnico de Santarém que envolveu duas Escolas, acrescentando que, na sua opinião, a Assembleia Municipal não se deveria pronunciar sobre questões desta natureza.-----

--- Retomou a palavra o senhor **Luís de Almeida** para esclarecer que a eleição foi entre dois professores de duas escolas diferentes, e não entre duas escolas, pelo que, no seu entender, faz todo o sentido uma tomada de posição desta Assembleia Municipal.-----

--- Seguidamente tomou a palavra o senhor **Francisco Madeira Lopes** levantando dúvidas quanto à legalidade da discussão deste assunto neste período, evocando o artigo vinte e dois do Regimento da Assembleia.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu ter havido entendimento, por parte da Mesa e dos Líderes dos Partidos Políticos, que nesta sessão estes assuntos fossem remetidos para último ponto da Ordem de Trabalhos, de modo a não prejudicarem o bom funcionamento do Plenário.-----

--- Quanto à proposta em apreço, considerou-a inteiramente justa, dado tratar-se de uma personalidade de reconhecido mérito, com um trabalho exemplar, no domínio do ensino superior.-----

--- Dada a inexistência de mais oradores, submeteu a votação a proposta de Voto de Congratulação, em epígrafe, tendo sido **aprovada por maioria**, com quinze abstenções.

--- Foram presentes Declarações de Voto:-----

--- Senhor **Helder Pombo** “A minha abstenção deve-se ao facto, salvo o devido respeito pela pessoa em causa, de desconhecer o processo. Daí não me pronunciar por algo que não conheço”.-----

--- Senhor **Eurico Saramago** “Abstive-me porque pode se estar a abrir um precedente, e pelo facto de não se dever excluir pessoas só porque não são ilustres escalabitanos”. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois, Três e Quatro**, tendo sido **aprovados por unanimidade**, nestas condições para que possam produzir efeitos imediatos. -----

--- Eram duas horas e vinte minutos do dia seguinte, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por suspensos os trabalhos. -----

-----  
--- Aos quinze dias do mês de Julho do ano de dois mil e dois, pelas vinte horas e quarenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém em continuação da sessão ordinária de Junho, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a restante Ordem de Trabalhos. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- José Miguel Correia Noras, Vasco Navarro da Graça Moura, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Eurico Mateus Guerra Saramago, Pedro Nuno Pimenta Braz, Albertino Filipe Pisca Eugénio, José Luís Marques Cabrita, Carlos Manuel Luís Catalão, António Xavier Martins da Rocha Pinto, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Carla Andreia Costa dos Santos, Rosalina da Piedade Melro Blaser Gaspar, José António Pisco Borrego, Vítor Manuel de Sousa Varajão, José Luís Marques Ferreira da Cruz, Jorge Manuel Assunção Ferreira da Costa Rosa, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Luís Alberto Ferreira Leitão, Maria dos Anjos Santos Neves Patusco, Celso Ricardo Pimenta Brás, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Manuel Albino da Conceição Rosa, Vicente Carlos Flor Batalha, José Manuel Gaspar, Ricardo Zarco Martinho do Rosário,

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

Helder Nuno Jesus Cruz Oliveira Pombo, Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves, Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, Manuel Joaquim Ferreira, António Manuel Simões Cordeiro Duarte, Fernando Manuel Tomé da Silva, António Miguel Jorge Júlio, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Luís Manuel Madeira Mena Esteves, Diamantino Carvalho Vicente, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Luís Maria Severino Arrais, Mário José Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, Francisco José Viegas Santos, Joaquim Manuel Barreiros Mateiro, António Coelho Madeira, António João Ferreira Henriques, Luís Manuel Graça Batista, Ricardo Luís da Costa, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, José Daniel Graça Madeira, Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro, Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha, Firmino Joaquim Prudêncio D' Oliveira e Joaquim António Salgado Canha. -----

--- Verificaram-se as seguintes ausências:-----

--- Mónica Isabel Duarte Mendonça, Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso, José Ilídio da Fonseca Freire, Helder António Gil Borges, Joaquim da Silva Lucas da Graça, e Sebastião Morgado Ribeiro. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão. -----

--- De imediato, deu conhecimento da ausência do senhor Segundo Secretário, por motivos relacionados com o cargo que exerce de Comandante dos Bombeiros Voluntários de Pernes, convidando para o seu lugar a senhora **Adélia Maria dos Reis da Silva Veneno**. -----

--- Informou, ainda, que por se tratar de uma reunião em continuação da sessão ordinária de Junho e, de acordo com a Lei e o Regimento, não haveria lugar ao Período de Antes da Ordem do Dia.-----

--- Seguidamente deu-se início à continuação do **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO SEIS – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO**

**DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA.**-----

--- O senhor **Vicente Batalha** proferiu a seguinte intervenção:-----

--- “Em relação à situação financeira e ao relatório de actividades da Câmara, documentos que nos foram presentes para apreciação, quero fazer breves comentários e algumas perguntas:-----

--- Um - Em primeiro lugar, a dívida da Câmara, que é estimada, em dezassete de Junho último, em trinta e cinco milhões setecentos e oitenta e sete mil duzentos e vinte e nove euros e onze cêntimos, ou seja sete milhões cento e cinquenta e sete mil quatrocentos e quarenta e seis contos.-----

--- Comparando com a penúltima informação que nos foi enviada, referente a dez de Abril, verificamos que, no espaço de cerca de dois meses, houve um significativo endividamento da Câmara Municipal, precisamente, seis milhões novecentos e setenta e sete mil cento e dezasseis euros, equivalente a um milhão trezentos e noventa e cinco mil quatrocentos e vinte e três contos.-----

--- A que se deve esse endividamento? Quais as suas razões?-----

--- Dois – Em segundo lugar, passemos ao Relatório de Actividades:-----

--- Situação das obras.-----

--- a) Equipamento-----

--- COMPLEXO AQUÁTICO MUNICIPAL, trabalhos concluídos.-----

--- Começou o verão. Poderá concluir-se que na época mais quente de dois mil e dois, Santarém continua sem poder usufruir deste equipamento tão esperado, frustrando-se assim as expectativas já de si tão adiadas da nossa população?-----

--- Porquê?-----

--- Para quando se prevê a sua abertura ao público?-----

--- REABILITAÇÃO DO TEATRO SÁ DA BANDEIRA-----

--- Para quando se prevê que o arrastado processo da sua efectiva reabilitação se inicie,

dada a absoluta necessidade desta sala espectáculos?-----

--- Que valor tem o Protocolo que foi assinado com pompa e circunstância, no próprio Teatro Sá da Bandeira, com o Ministério da Cultura, representado pelo seu titular Ministro Manuel Maria Carrilho?-----

--- Prevê ou não a Câmara alguma articulação com o espaço contíguo do antigo Tribunal do Canto da Cruz? Quer ou não fazer ali um complexo cultural polivalente e multiusos, incluindo as instalações da Assembleia Municipal, como já sugeri mais de uma vez, em anterior Assembleia?-----

--- E já agora, em que condições entregou a EDP/LTE essas instalações à Câmara? Estamos a falar do Centro Histórico da Cidade, em que todos os elementos são importantes contributos para a sua revitalização. -----

--- A Candidatura de Santarém a Património Mundial foi suspensa e o seu Gabinete extinto. Desconheço o destino do Plano de Urbanização, Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Santarém (aprovado em seis de Dezembro de dois mil e um). Dada a gravidade da situação que ali se vive, o Centro Histórico deve ser objecto de um sintético e objectivo **Plano de Emergência**, com um conjunto diversificado de medidas de intervenção prioritária, que o reanimem, revitalizem e salvem. Um autêntico **SOS Centro Histórico!** -----

--- Deixo a sugestão para uma reunião extraordinária desta Assembleia Municipal para analisar em exclusivo a questão do Centro Histórico.-----

--- b) RECUPERAÇÃO DE REDE VIÁRIA -----

--- **Estrada Municipal quinhentos e oitenta e três**-----

--- Concluídos os trabalhos, à excepção da variante de Santos. -----

--- Quais as razões? Como está o processo jurídico? Foram efectuadas algumas tentativas de diálogo e negociação entre as partes?-----

--- Como sempre insisti na conclusão deste processo, que nasceu torto e não foi bem conduzido, e já lá vão decorridos mais de meia dúzia de anos, considero que alguma

coisa mais poderia ser feita, para aquela entrada de Santos, que é uma vergonha, seja outra coisa melhor, e para que finalmente a via estruturante que é a quinhentos e oitenta e três cumpra os seus objectivos o nível de serviço para que foi totalmente beneficiada. O diálogo é sempre de privilegiar. Mesmo sem a questão nevrálgica da variante de Santos resolvida, aquela garganta à entrada da povoação não poderá ser requalificada? Penso que sim, que tem de o ser. E muito em breve. Aqui deixo estas recomendações. -----

--- **Reuniões de Trabalho mais Relevantes** -----

--- Bombeiros Voluntários – Protocolos de colaboração do município.-----

--- Gostava de saber o que se passa mais concretamente sobre esta matéria.-----

--- Na sessão de trinta de Abril passado, coloquei aqui ao senhor Presidente da Câmara essa questão dos Protocolos com as três Associações da Bombeiros Voluntários, que não estava a ser cumprida. Avancei com o caso dos Bombeiros de Pernes, que havia compromisso público de liquidação em Abril, e que não foi cumprido.-----

--- Posteriormente tive conhecimento de que, em Junho, a Câmara pagou dois duodécimos dos seis em atraso, e Julho está a vencer-se. Convenhamos que é muito pouco, para quem precisa para as despesas correntes, as que vencem todos os dias, é para pagamento dessas despesas que o Protocolo em boa hora foi assinado, em Alcanede, em Maio de mil novecentos e noventa e nove e foi regular e mensalmente cumprido até Dezembro de dois mil.-----

--- Mas, há mais. Nós estamos em plena época de fogos florestais, as despesas aumentam em combustíveis e alimentação, e a situação no concelho começa a ser preocupante (Amiais de Baixo, Abrã e Alcanede, por exemplo, que o digam), as Corporações têm GPI's, para permanecerem no Quartel e intervirem imediatamente. -----

--- Do antecedente, e após esforço negocial, para repor tratamento igual para todos, foi conseguido que a Câmara pagasse as refeições aos GPI's. Para além de uma situação de justiça era uma situação de operacionalidade e de eficiência, para benefício das populações. Até à data, tanto quanto sei, a Câmara nem sequer respondeu às habituações

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

solicitações das Direcções das Associações. É assim ou não, senhor Presidente da Câmara? -----

--- Começo a pensar que há reserva mental da Câmara, em relação aos protocolos, aos apoios, ao funcionamento das Associações de Bombeiros Voluntários. No meu entendimento, e dada a minha experiência, quero dizer muito francamente que a situação tem de ser clarificada, pois os Bombeiros Voluntários não podem continuar a viver assim. -----

--- A Câmara é responsável pela Protecção Civil do concelho. A Câmara não faz favor nenhum em cumprir com os apoios aos Bombeiros. Quem ganha é a segurança das nossas populações. O que se passou recentemente com o protesto à porta da Câmara Municipal de Lisboa é motivo de séria e profunda reflexão”. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, alertando para o grave problema de poluição do Rio Alviela, a qual tem incidência no mau funcionamento da ETAR de Alcanena, salientando ter havido um retrocesso aos anos setenta. -----

--- Solicitou que fossem tomadas medidas no sentido de recrutar um vigilante a fim de se evitarem situação desta natureza. -----

--- Depois tomou a palavra o senhor **João Madeira Lopes** que considerou que a informação escrita do Presidente da Câmara ao ser apenas hoje discutida perdeu, de certa forma, a sua oportunidade e que, no seu entender, deveriam ter sido criadas condições de modo a que a mesma fosse apreciada em tempo oportuno, referindo que a situação da dívida ao CNEMA deveria ser clarificada. -----

--- Salientou a necessidade dos relatórios que dão origem à referida informação escrita serem distribuídos a todos os membros da Assembleia, de modo a poderem ser devidamente analisados.-----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Albertino Pisca Eugénio** que se referiu ao Mapa da Situação Financeira, destacando ter havido um significativo agravamento do

endividamento da autarquia, sem motivo aparente, desde Abril último. Considerou ainda que deveria vir mencionado o endividamento à banca. -----

--- Salientou ter verificado cinco mil cento e setenta e uma facturas por liquidar, referentes ao ano passado, muitas delas com valores irrisórios o que, na sua opinião, não dignifica a autarquia. -----

--- Proseguiu, alertando para a degradação da fachada do Teatro Sá da Bandeira, a qual põe em risco as pessoas que por ali circulam. -----

--- Chamou a atenção para a necessidade de limpeza da Vala dos Reis, situada entre a Avenida António dos Santos e a Rua do Colégio Militar, que já não é efectuada há mais de trinta anos. Sugeriu que fosse elaborado um estudo geotécnico, naquele local, a fim de analisar a possibilidade de se construir um parque de estacionamento, aproveitando o desnível do terreno, o qual resolvia o problema de estacionamento automóvel daquela área.

--- Seguidamente, no uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** começou por referir que o Mapa da Situação Financeira apresentado reflecte fielmente o actual momento da autarquia. No entanto, o Executivo está a envidar esforços no sentido de ultrapassar esta fase difícil, acrescentou. -----

--- Informou que a abertura do Complexo Aquático está prevista para Agosto próximo. -

--- Quanto ao Centro Histórico, deu conta estarem previstas um conjunto de intervenções para aquele local, algumas delas para depois da época natalícia de modo a não prejudicar o normal funcionamento do comércio. -----

--- Salientou ainda, em relação à requalificação do referido Centro Histórico que se mantêm contactos e reuniões de trabalho entre a Câmara Municipal de Santarém e a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o próprio IPPAR. -----

--- Relativamente aos protocolos com as diversas associações, esclareceu que as dificuldades de tesouraria, nem sempre têm originado a total satisfação dessas associações. -----

--- Quanto aos Bombeiros Voluntários disse que o Executivo Municipal tem, de certa

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

forma, pressionado a Administração Central com vista à construção dos dois quartéis de Bombeiros Voluntários de Santarém e Alcanede. -----

--- Em relação ao CNEMA, considerou os esclarecimentos prestados, na anterior sessão da Assembleia, mais que suficientes. -----

--- No tocante ao vigilante para o Rio Alviela, considerou que fazia todo o sentido sustentar a ideia através de uma proposta de modo a sensibilizar a Administração Central para a importância de manter aquele Rio em permanente vigilância, concluiu. -----

--- A seguir, usaram da palavra, novamente, os senhores **Vicente Batalha** e **Albertino Pisca Eugénio** para solicitarem esclarecimentos relativamente à sua anterior intervenção, retomando o senhor **Presidente da Câmara** a palavra para prestar breves esclarecimentos. -----

--- Depois, o senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu, em relação ao CNEMA, que a Mesa desta Assembleia acolheu um pedido de reunião com os Administradores daquela Instituição, na qual participaram os representantes de todos os Partidos Políticos, onde todas as questões aqui levantadas foram claramente esclarecidas nessa reunião. -----

--- Concluiu, acrescentando, uma vez mais, que o facto da Câmara Municipal de Santarém não ter pago tudo, não quer dizer que não tenha pago nada. -----

--- *Terminadas as intervenções deste ponto, o qual não carece de qualquer votação,* prosseguiu-se com o **PONTO SETE - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

--- Pelo senhor Pedro Pimenta Braz foi apresentada a seguinte **Recomendação “Conjunto de Medidas a Tomar num Plano Global de Apoio à Família a Nível Local”**: -----

--- “Considerando que o artigo dezasseis da Declaração Universal dos Direitos do Homem considera a Família como o “elemento natural e fundamental da sociedade”. ----

--- Considerando que a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo sessenta e sete, considera a Família como “elemento fundamental da sociedade” e que, como tal “tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitem a realização pessoal dos seus membros”.-----

--- Considerando que a Resolução do Conselho de Ministros número sete/noventa e nove, de nove de Fevereiro, que definiu uma Política Global de Família, defende a execução de uma política de família com carácter global e integrado, consubstanciada na coordenação efectiva das políticas relativas à juventude, aos idosos, às crianças, às pessoas com deficiência, à maternidade e paternidade, à saúde, ao emprego, ao ensino e formação profissional, à segurança social, à cultura e lazer, à comunicação social, ao urbanismo, ao ambiente e transportes. -----

--- Considerando, assim, que o desenvolvimento e o fortalecimento da sociedade passa pelo investimento na Família – meio natural de crescimento e educação das novas gerações –, através de uma implementação de uma política familiar corajosa, global e integrada, que salvaguarde, promova e multiplique essas células vivas e constitutivas de cada País. -----

--- Considerando que as autarquias, ao seu nível de responsabilidades e competências, podem fornecer um contributo decisivo, tanto na adopção de medidas concretas que melhorem a qualidade de vida das Famílias, como no exemplo determinante que poderão dar ao poder central como mais valias no progresso do bem estar social.-----

--- Vem a Assembleia Municipal de Santarém, nos termos das disposições legais e regimentais aplicáveis, aprovar a seguinte RECOMENDAÇÃO dirigida à Câmara Municipal:-----

--- Que a Câmara Municipal de Santarém adopte um conjunto de medidas integradas num plano global de apoio à Família a nível local, concretizadas em:

--- a) descontos em actividades culturais, desportivas ou recreativas, dependentes directamente ou por concessão, da autarquia, com criação do Bilhete de Família; por

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

exemplo, esta medida deverá ser implementada, desde já, no preçário das novas piscinas municipais;-----

--- b) redução no custo do transporte colectivo – quando existir –, criando um Passe Familiar, contribuindo assim para o uso do transporte individual;-----

--- c) introdução de mecanismos que conduzam à bonificação do custo da água de uso doméstico, adoptando um preçário familiar no consumo doméstico da água – dando conhecimento do facto à Assembleia Municipal -, de modo a que se reflecta o consumo per capita e a eliminar a injusta penalização, não dos consumos excessivos, mas tão só do maior número de utentes por habitação;-----

--- d) ajuda para famílias carenciadas e famílias numerosas carenciadas, tendo em conta os seus rendimentos per capita, na atribuição de habitação a preços controlados;-----

--- e) apoiar a criação e funcionamento de centros de dia e o apoio domiciliário, estimulando a permanência dos avós e dos mais frágeis no seio da família, favorecendo as relações de vizinhança;-----

--- f) apoiar as acções de voluntariado que visem as famílias fragilizadas;-----

--- g) estimular as parcerias de pais, professores e entidade locais, para a criação de actividades de tempos livres e de salas de estudo orientadas a custo suportáveis, potenciando o mais amplo aproveitamento das instalações escolares;-----

--- propor ao governo a adopção de medidas que incentivem o mercado de arrendamento, no sentido de facilitar a aproximação entre a habitação e local de trabalho, bem como a mobilidade das famílias.”-----

---foi dada a palavra ao senhor **Pedro Pimenta Braz** que fez a apresentação da Recomendação, sublinhando que o espírito da mesma está no seu enunciado.-----

---A seguir interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** manifestando a sua concordância com o conteúdo da Recomendação. Contudo, disse discordar da alínea c) da “proposta” considerando que a água deve ser encarada como um bem que cada vez é mais escasso, até porque, na sua opinião, são as famílias numerosas que poupam mais

água. -----  
--- Depois, usou da palavra o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, tecendo algumas considerações em relação à Recomendação, referindo que a família, de um modo geral, não se deve sentir como um modelo privilegiado, mas sim, também, como uma forma de agregação da sociedade. -----  
--- Disse preocupá-lo muito mais as famílias e essencialmente os homens e as mulheres que têm dificuldades e carências económicas muito grandes. -----  
--- Salientou que gostaria de ser esclarecido quanto ao conceito de família aqui preconizado, concluiu -----  
--- Retomou a palavra o senhor **Pedro Pimenta Braz** para esclarecer que a Recomendação preconiza, sobretudo a família clássica.-----  
--- A seguir interveio novamente senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, considerando que a Recomendação ao contemplar apenas a família clássica não entra claramente no espírito da Resolução do Conselho de Ministros e peca por ser pouco abrangente.-----  
--- Solicitou, depois, a palavra o senhor **Pedro Pimenta Braz** para esclarecer que quando se fala em família clássica não se refere o tipo de vínculo jurídico entre homens e mulheres. -----  
--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Recomendação** em epígrafe, tendo sido **aprovada por maioria**, com dezassete abstenções. -----  
--- Pelos senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Alcanhões, Santa Iria da Ribeira de Santarém e Vale de Figueira, foi apresentada a seguinte **Proposta “Passagens de Nível Linha do Norte”**.-----  
--- “Considerando que é fundamental para o desenvolvimento da freguesias atravessadas pela Linha do Norte a resolução do problema das Passagens de Nível. -----

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

--- Considerando que a D.G.T.T. já aprovou a candidatura do projecto elaborado pela REFER e apresentado pela Câmara Municipal.-----

--- Considerando que após esta aprovação fica a Câmara em condições de cumprir e fazer cumprir à REFER o acordo a que se chegou em reunião de Maio de dois mil e um, cuja acta se anexa.-----

--- Considerando que o processo se arrasta há mais de dez anos com graves prejuízos para as populações.-----

--- Considerando que este projecto se encontra contemplado no Plano Plurianual de Investimentos. -----

--- Considerando que tem sido afirmado pelo actual Executivo que terão prioridade as obras com projecto e financiamento garantido. -----

--- Os membros da Assembleia eleitos pela CDU propõem:-----

--- Um – Que a Câmara Municipal efectue de imediato o lançamento do concurso. -----

--- Dois – Que na próxima revisão orçamental as verbas para a obra passem a definidas.-

--- Interveio o senhor **António Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, destacando a importância das passagens desniveladas para as populações que necessitam de atravessar diariamente a Linha do Norte.-----

--- Depois usou da palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** referindo que o PS está inteiramente de acordo com os objectivos da Proposta apresentada, apesar da acta que dá origem à referida Proposta conter uma miscelânea de deliberações. -----

--- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Vítor Pinto da Rocha**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santarém, que concordou com a Proposta apresentada, salientando que a acta que acompanha a mesma está desactualizada. -----

--- Prosseguiu, referindo algumas diligências efectuadas em relação a esta problemática, e concluiu, dando conta de alguns problemas com as passagens desniveladas, sobretudo o viaduto que passa ao longo da Rua Vinte e Cinco de Abril, no Vale de Santarém-----

--- Usou a seguir da palavra o senhor **Jorge da Costa Rosa** referindo que o PSD

**ACTA Nº. 04/2002**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 21 de Junho de 2002**  
**2ª Reunião 15 de Julho de 2002**

126

concorda inteiramente com a Proposta apresentada. -----

--- Retomou a palavra o senhor **António Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, esclarecendo que a acta em causa, apesar de não ser muito explícita, foi o coroar de todo um trabalho que ficou para trás. -----

--- Referiu ser, no seu entender, uma obra estruturante para o concelho de Santarém e que gostaria de ver a presente Proposta aprovada por unanimidade, concluiu. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Proposta, em epígrafe, tendo sido **aprovada por unanimidade**. ---

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Eram vinte e duas horas, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida, a redigi e subscrevi.

-----**O PRESIDENTE**-----

-----

-----**O PRIMEIRO SECRETÁRIO**-----

-----

-----**O SEGUNDO SECRETÁRIO**-----

-----